Repiões de Influência das CIDADES 2018







Apresentação

Com a publicação Regiões de influência das cidades 2018, o IBGE atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira, com estudo que constitui a quinta versão dessa linha de pesquisa. O estabelecimento das hierarquias e dos vínculos entre as Cidades, bem como a delimitação das áreas de influência, foram construídos com base em pesquisa específica que mobilizou a Rede de Agências do IBGE para o levantamento de dados primários com o uso de dispositivos móveis de coleta que facilitam a crítica e a verificação do processo de pesquisa e agilizam a geração de resultados. Além disso, a caracterização da rede urbana também contou com o levantamento de registros administrativos úteis para a temática sobre a qual a presente publicação se debruça.

A pesquisa atual dá continuidade aos trabalhos anteriores publicados em 1972, 1987, 2000 e 2008, mantendo e aprimorando os aportes teóricos e a metodologia, especificamente em relação à última versão do trabalho. Além da própria publicação, que contém a rede urbana e as análises setoriais que auxiliam a melhor qualificação dos resultados, o IBGE também disponibiliza, em seu portal na Internet, a base de dados levantada, útil para estudos que enfoquem outros temas ou áreas em outras escalas além da nacional.

Além disso, considerando que o IBGE realiza essa linha de pesquisa há cinco décadas, a presente publicação contribui para a compreensão da evolução histórica do fenômeno urbano no País.

Espera-se que, como nas versões anteriores, este estudo seja útil tanto para o planejamento da localização de investimentos e da implantação de serviços públicos e privados, que levem em consideração as relações espaciais que afetam o seu funcionamento, quanto como quadro de referência para pesquisas de avaliação das condições de acesso da população aos bens e serviços que lhe são disponibilizados.



Metodologia

A noção de Cidade ou de centro urbano na pesquisa REGIC 2018 utilizada para análise dos dados é operacionalizada por meio de duas unidades territoriais: os Municípios e os Arranjos Populacionais. Os últimos são constituídos por agrupamentos de Municípios muito integrados por possuírem deslocamentos frequentes de populações para trabalho e estudo, segundo os critérios de pesquisa específica (Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, 2016).

Na pesquisa REGIC, a noção de região de influência realiza-se por vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. Dessa forma, a região de influência possui feição espacial reticular, ou seja, em formato de rede constituída por um conjunto de unidades urbanas que realizam ligações entre si. Ao contrário da abordagem mais recorrente de região, tomada como uma zona contígua, em geral sem superposições entre regiões vizinhas, a região reticular considerada na REGIC não necessariamente é contígua, e, dependendo da escala, apresenta superposições e duplas subordinações de Cidades.

Os dois componentes fundamentais para o estabelecimento da hierarquia e região de influência das Cidades são a atração exercida entre as Cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos. Para cada um desses componentes, procedimentos metodológicos específicos foram utilizados, com o propósito de compatibilizar informações de natureza distinta para compor a rede urbana brasileira.

As relações de longa distância entre os centros urbanos são geradas por relações de comando e gestão, como as relações entre sedes e filiais de empresas localizadas em Cidades diferentes. A identificação das Cidades que são centros de gestão do território e das ligações entre esses centros é fundamental para estabelecer um nível inicial de referência para hierarquia das Cidades e, ainda, para retratar as ligações entre as Cidades maiores ou dos níveis mais altos da hierarquia urbana.

Para investigar as relações de proximidade, a ferramenta metodológica adotada foi um questionário aplicado por agentes de pesquisa do IBGE na maior parte dos Municípios brasileiros. Aplicou-se o questionário em 5 503 Municípios, excluindo-se aqueles que apresentam alto nível de centralidade de gestão do território, por serem Municípios que tendem a suprir satisfatoriamente os bens e serviços à população que neles habita.

Tabela 1 - Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana, segundo as Grandes Regiões - 2018

Grandes Regiões	Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana										
	Metrópole		Capital Regional		Centro Sub-Regional		Centro de Zona		Centro Local		
	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)	
Brasil	15	100,0	97	100,0	352	100,0	398	100,0	4037	100,0	
Norte	2	13,3	11	11,3	27	7,7	21	5,3	373	9,2	
Nordeste	3	20,0	21	21,7	88	25,0	135	33,9	1436	35,6	
Sudeste	5	33,3	38	39,2	120	34,1	107	26,9	1074	26,6	
Sul	3	20,0	21	21,7	83	23,6	90	22,6	819	20,3	
Centro-Oeste	2	13,3	6	6,2	34	9,7	45	11,3	335	8,3	

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 2018.

Etapas da definição das regiões de influência e da hierarquia dos centros urbanos na pesquisa REGIC 2018

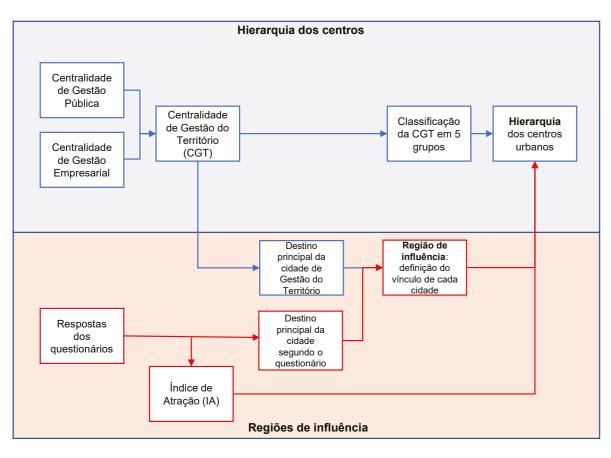


Tabela 2 - Dimensão das redes de primeiro nível - 2018

	Dimensão										
Redes de primeiro nível	Capitais Regionais	Centros Sub-Re- gionais	Centros de Zona	Cidades	População 2018	Área (km²)	Densidade demográfica (habitantes/ km²)	PIB per capita (R\$)	PIB total (R\$1 000)	PIB Metró- pole/região de influência	
AP de São Paulo/SP	26	77	51	679	49 295 747	688 624,1	71,6	42 373,50	2 088 833 313,00	52,95	
AP de Brasília/DF	8	25	24	277	11 649 359	1 753 408,9	6,6	39 251,94	457 259 929,00	53,89	
AP do Rio de Janeiro/RJ	5	11	3	63	17 296 239	48 796,4	354,5	37 156,08	642 660 440,00	75,70	
AP de Belém/PA	4	10	8	157	9 335 660	1 374 601,9	6,8	16 270,49	151 895 774,00	25,78	
AP de Belo Horizonte/MG	12	52	65	752	21 069 799	571 747,7	36,9	25 954,38	546 853 629,00	31,57	
AP de Campinas/SP	1	10	1	34	4 396 180	14 073,0	312,4	48 902,34	214 983 509,00	60,52	
AP de Curitiba/PR	5	30	32	373	11 654 092	210 851,5	55,3	35 143,78	409 568 832,00	35,49	
AP de Florianópolis/SC	10	16	27	265	7 138 738	96 954,4	73,6	36 348,80	259 484 525,00	14,05	
AP de Fortaleza/CE	5	34	58	630	20 109 664	764 171,9	26,3	13 561,33	272 713 836,00	29,93	
AP de Goiânia/GO	3	21	34	364	8 269 552	964 430,5	8,6	26 706,14	220 847 808,00	30,39	
Manaus	1	4	2	71	4 490 260	1 624 605,2	2,8	21 985,26	98 719 516,00	71,21	
AP de Porto Alegre/RS	6	39	37	417	11 293 956	266 877,9	42,3	36 069,72	407 369 834,00	38,97	
AP do Recife/PE	10	36	45	720	23 601 254	345 048,8	68,4	16 304,43	384 805 000,00	26,21	
AP de Salvador/BA	6	24	39	402	14 471 227	479 065,0	30,2	17 538,67	253 806 046,00	45,22	
AP de Vitória/ES	1	8	8	85	4 468 927	67 117,8	66,6	26 307,95	117 568 317,00	51,83	

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 2018; Estimativa Populacional 2018; Área Territorial Oficial 2018; PIB municipal 2016. Nota: AP = Arranjo Populacional.

Nova Friburgo (RJ).



Repiões de Influência das CIDADES 2018

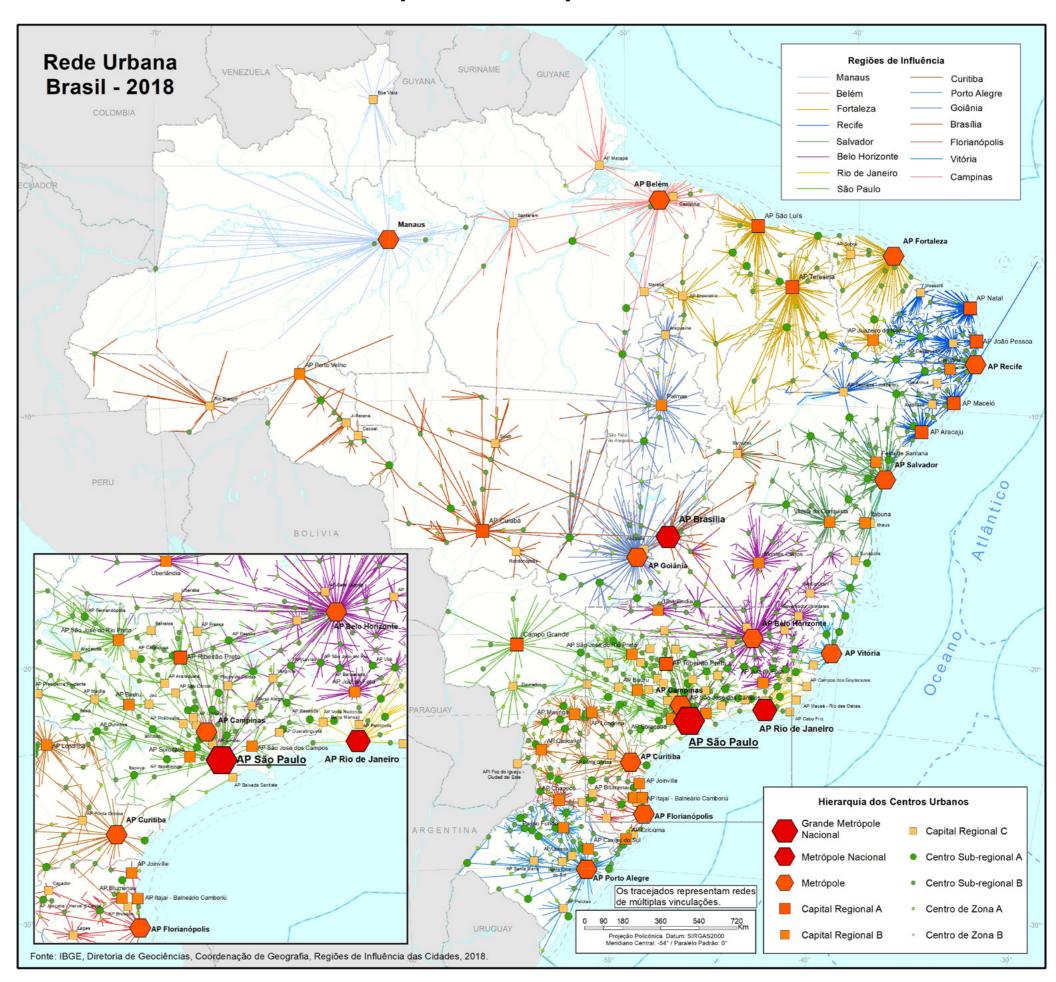
Metrópoles

São os 15 principais centros urbanos, dos quais todas as Cidades existentes no País recebem influência direta, seja de uma ou mais Metrópoles simultaneamente. A região de influência dessas centralidades é ampla e cobre toda a extensão territorial do País, com áreas de sobreposição em determinados contatos. As Metrópoles se subdividem em três níveis:

Grande Metrópole Nacional: o Arranjo Populacional de São Paulo/SP ocupa, isoladamente, a posição de maior hierarquia urbana do País, concentrando em seu Arranjo Populacional 21,5 milhões de habitantes em 2018 e 17,7% do Produto Interno Bruto - PIB nacional em 2016;

Metrópole Nacional: os Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ ocupam a segunda colocação hierárquica, também com forte presença nacional. O Arranjo Populacional de Brasília/DF contava, em 2018, com 3,9 milhões de habitantes, enquanto o do Rio de Janeiro/RJ somava 12,7 milhões na mesma data; e

Metrópole: os Arranjos Populacionais de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM) são as 12 Cidades identificadas como Metrópoles. São formadas por nove Capitais que receberam classificação 1 na centralidade de gestão do território mais Belém (PA), Campinas (SP) e Manaus (AM) que, embora estejam na classe 2, contam com contingente populacional relevante, superior a 2 milhões de habitantes. A média populacional das Metrópoles é de 3 milhões de habitantes, sendo, a mais populosa, Belo Horizonte (MG) com 5,2 milhões e, as menos populosas, Florianópolis (SC) e Vitória (ES), com respectivamente 1,0 milhão e 1,8 milhão de pessoas residentes em seus Arranjos Populacionais em 2018. Campinas (SP) é a única Cidade que não é Capital Estadual a ser classificada como Metrópole.



Capitais Regionais

São os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles. Ao todo, 97 Cidades foram classificadas como Capitais Regionais em todo o País, com três subdivisões:

- **Capital Regional A:** composta por nove Cidades, em geral Capitais Estaduais das Regiões Nordeste e Centro-Oeste com exceção do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP. Apresentam contingente populacional próximo entre si, variando de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes em 2018. Todas se relacionam diretamente a Metrópoles;
- Capital Regional B: reúne 24 Cidades, geralmente, centralidades de referência no interior dos Estados, exceto pelas Capitais Estaduais que são o Arranjo Populacional de Palmas/TO e o Município de Porto Velho (RO). Caracterizam-se por possuírem, em média, 530 mil habitantes, apenas com o Arranjo Populacional de São José dos Campos/SP em um patamar populacional superior (1,6 milhão de habitantes em 2018). São numerosas na Região Sul, onde se localizam 10 das 24 Capitais Regionais dessa categoria; e
- Capital Regional C: possui 64 Cidades com três Capitais Estaduais, dentre elas: os Municípios de Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e o Arranjo Populacional de Macapá/AP, todas pertencentes à Região Norte. As demais Cidades localizam-se, principalmente, na Região Sudeste, onde 30 das 64 Capitais Regionais C se encontram. A média nacional de população das Cidades dessa categoria é de 300 mil habitantes em 2018, sendo maior na Região Sudeste (360 mil) e menor na Região Sul (200 mil).

Centros Sub-Regionais

Neste terceiro nível hierárquico, as 352 Cidades possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, maiores na Região Sudeste (100 mil) e menores nas Regiões Sul e Centro-Oeste (75 mil). Este nível divide-se em dois grupos:

- Centro Sub-Regional A: composto por 96 Cidades presentes em maior número nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, e média populacional de 120 mil habitantes; e
- Centro Sub-Regional B: formado por 256 Cidades com grande participação das Regiões Sudeste e Nordeste, apresenta média nacional de 70 mil habitantes, maiores no Sudeste (85 mil) e menores no Sul (55 mil).

Centros de Zona

As Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. São 398 Cidades com média populacional de 30 mil habitantes, subdivididas em dois conjuntos:

- **Centro de Zona A:** formado por 147 Cidades com cerca de 40 mil pessoas, mais populosas na Região Norte (média de 60 mil habitantes) e menos populosas nas Regiões Sul e Centro-Oeste (ambas com média de pouco mais de 30 mil pessoas). Em termos de gestão do território, foram classificadas, em sua maioria, nos níveis 3 e 4; e
- **Centro de Zona B:** este subnível soma 251 Cidades, todas classificadas nos níveis 4 e 5 de gestão territorial. São de menor porte populacional que os Centros de Zona A (média inferior a 25 mil habitantes), igualmente mais populosas na Região Norte (35 mil, em média) e menos populosas na Região Sul (onde perfazem 15 mil habitantes). Os Centros de Zona B são mais numerosos na Região Nordeste, onde localizam-se 100 das 251 Cidades nesta classificação.

Centros Locais

O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, totalizando 4 037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na Região Sul (7,5 mil pessoas em 2018). Essa diferença regional das médias demográficas repete o padrão apresentado pelos Centros de Zona, inclusive tendo também a Região Nordeste com o maior número Cidades neste nível hierárquico.

Os Centros Locais não estão representados neste mapa, devido ao grande número de Cidades nesta categoria, o que dificultaria a visualização.

Mais informações:





